



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia

QUESTÃO RACIAL NO MARANHÃO: O BAIRRO DA LIBERDADE COMO EXEMPLO DE CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Nailza Pinto Amaral¹
Liliana Sampaio Mendes²
Aline de Araújo Sales³
Karyna Diniz da Costa⁴
Fayga da Silva Pereira⁵
Zilda Dias Pereira⁶

Resumo: Este estudo versa sobre a questão racial no Maranhão e tem como referência empírica o bairro Liberdade, localizado em São Luís (MA). Teve como objetivo apreender como se manifestam as relações étnico-raciais historicamente construídas no local, assim pode-se evidenciar várias formas de enfrentamento da realidade, concluindo-se então que o bairro é um exemplo de valorização da identidade negra.

Palavras-chave: Questão social. Questão racial no Maranhão. Resistência negra.

Abstract: This study deals with the racial question in Maranhão and has as empirical reference the neighborhood Liberdade, located in São Luís (MA). Had as purpose to understand how ethnic-racial relations historically constructed on the site manifest themselves, thus demonstrating various forms of coping with reality, concluding that the neighborhood is an example of the black identity valorization.

Keywords: Social issue. Racial question in Maranhão. Black resistance.

INTRODUÇÃO

A questão racial, bem como a questão social no Brasil, jamais pode ser vista como fenômeno isolado, uma vez que esta está, por todos os lados, profundamente permeada por elementos fundantes da história do país, os quais, com o passar do tempo, foram fortalecendo suas raízes na sociedade brasileira. Sendo assim, busca-se compreender quais são esses elementos e como se dão inseridos na dinâmica interna das relações sociais estabelecidas na formação socio-histórica desta sociedade. Para traçar tal reflexão, faz-se um retorno à historiografia do Brasil colônia, a fim de apreender melhor as questões que ali estavam presentes. Desmistificando a velha história da “democracia racial do Brasil”.

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: nailzaamaral39@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: nailzaamaral39@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: nailzaamaral39@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: nailzaamaral39@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: nailzaamaral39@gmail.com.

⁶ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Maranhão, E-mail: nailzaamaral39@gmail.com.

O escravismo, modo de produção que vigorou nesse período, não deve ser, de maneira alguma, visto superficialmente como sugere a visão histórica eurocêntrica, mas sim, analisado criticamente, destrinchando os componentes intrínsecos que lhes deram forma, dentre eles: o racismo. Racismo este que perdura até os dias atuais de diversas maneiras, inclusive institucionalmente, sendo uma categoria importantíssima para compreensão da questão social no Brasil, visto que evidencia os pilares da subjugação de um povo.

Primeiramente deve-se diferenciar racismo e escravidão negra. Sendo o racismo uma ideologia criada a partir de pensadores europeus com vistas a fortalecer o serviço de dominação na América e África. Ideologia esta repercutida largamente sob pretextos de ser parte de ações justificáveis e necessárias. Já a segunda se caracteriza como modo de produção alicerçado na subjugação desumana de negros arrancados de sua pátria. Essas duas categorias juntas fortaleceram a ideia errônea e desonesta criada pela Europa de coisificação da África, que passou a ser vista como um lugar selvagem, inóspito, arcaico, desprovido de quaisquer avanços societários, o que por sua vez foi constituindo a falácia perfeita para que os europeus invadissem suas terras: iriam administrar as riquezas ali contidas e levar a civilização para uma sociedade bárbara (MOURA, 2014; SANTOS, 1984).

Diante disso, busca-se evidenciar como essas características constitutivas da sociedade brasileira se apresentam hoje, especialmente no cenário maranhense, além disso busca-se analisar quais as formas de enfrentamento da população negra diante dessa realidade.

1 QUESTÃO RACIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

A questão social tem suas raízes intrinsecamente ligadas à expansão do modo de produção capitalista pelo mundo e a dominação dos países imperialistas. Nesse cenário, a questão racial teve grande ênfase na constituição da questão social Brasileira, tendo em vista os aspectos da própria formação deste país: a exploração da força de trabalho e a subjugação dos povos aqui existentes que deixaram marcas sangrentas que se arrastaram por séculos.

Nesse sentido, compreendendo as relações étnico-raciais no Brasil e especialmente nos remetendo às particularidades de como estas se expressam no Maranhão, levando em consideração os seus antecedentes históricos, é possível evidenciar um estado que foi cruelmente explorado, tanto economicamente quanto socialmente para suprir as necessidades da forma de dominação capitalista que se estabeleceu nos países e estados chamados de periferias do capital.

[...] A questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea [...] (IAMAMOTO, 2001, p 10).

Assim, depreende-se que as mazelas sociais e questões estruturais, como o preconceito, o pauperismo e as desigualdades sociais, vivenciados cotidianamente pelos pobres e negros, são fenômenos constitutivos deste país; por consequência, as expressões da questão social evidenciam-se cada vez mais contemporaneamente, nesse sentido

[...] Não se pode pensar a questão social na sociedade brasileira sem recorrer a gênese do pauperismo, que está intrinsecamente ligada, como herança, às relações étnico-raciais que se conformaram neste país. Trata-se de apreender a particularidade desse fenômeno (DURANS, 2014, p.392).

Diante dessa formação histórica eminentemente desigual se evidenciou a nítida luta de classes entre os que possuem apenas sua força de trabalho para sobreviver e aqueles que a exploram, assim se estabeleceu a segregação histórica e essa segregação racial no Brasil determina também uma divisão socioespacial, lugar de negros e lugar de brancos. A democracia racial se mostra um falseamento da realidade para a população negra. Como enfatizado por Marx e Engels, em O manifesto do partido comunista (1848) “A história de todas as sociedades existentes até os dias atuais é a história da luta de classes”, assim, essa dicotomia histórica se apresenta piamente nas desigualdades sociais e nas refrações da questão social que se mostram cotidianamente nas vidas dos sujeitos, das mais variadas facetas.

Pobreza exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural definindo para os pobres um lugar na sociedade [...] (YAZBEK, 2001, p .34).

Nesse viés, entende-se que a questão racial brasileira deve ser entendida muito além da sua aparência; compreender a totalidade histórica da escravidão brasileira se apresenta imprescindível para o enfrentamento desse ranço que se subjugou e segrega a população negra há séculos neste país. Diante dessa realidade, Santos afirma que:

A pobreza e a desigualdade social para a população negra assumem novos contornos, lutas, tipos de organização e demandas dependendo da conjuntura histórica, mas não podem ser dissociadas das tradicionais formas de exploração e produção da desigualdade. Discutir as relações étnico-raciais e combater o racismo passam, necessariamente, pelo combate às formas universais de exploração da classe trabalhadora (SANTOS, 2018, p. 23).

Assim, enfatiza-se o enfrentamento ao racismo, o entendendo como um problema estrutural que cada vez mais expande as desigualdades econômicas e sociais e segrega o acesso aos direitos. Disparidades que fazem com que a população negra neste país seja

deixada à mercê, vítimas do genocídio, do desemprego, informalidade, da violência, do feminicídio e do superencarceramento.

2 QUESTÃO RACIAL NO MARANHÃO

No que diz respeito ao estado do Maranhão, pode-se remontar que este foi, e é, um dos estados com maior população negra no Brasil. Esse aspecto tem grande significado na atualidade. Os altos índices de analfabetismo, pauperismo e violência que acometem essa população, evidenciam os antecedentes históricos de um estado que foi cruelmente explorado, tanto economicamente quanto socialmente para suprir as necessidades do capital internacional.

Contemporaneamente a população negra maranhense sofre com as desigualdades sociais de seus antepassados, sua cultura é menosprezada e seus direitos são ceifados. Diante disso, foi criado o mito da democracia racial que invisibiliza a racialização da sociedade brasileira, o preconceito, o racismo e genocídio da população negra. Santos (2018, p. 26) afirma que:

O mito da democracia racial, só para ficar nessa construção, ao negar o racismo brasileiro, nega as determinações raciais da desigualdade social e fecha as portas para uma análise consciente da história brasileira calcada no latifúndio, na economia dependente e na escravização. Este tripé faz parte de nosso ethos civilizacional e impregna nossas mentes, nossos saberes e nossas posições políticas. Não é por acaso que o padrão civilizacional de nosso país é eurocêntrico, patriarcal e urbanocêntrico.

Assim, um estado com mais de 70% da população negra e a quem historicamente foi negado o direito à terra, à saúde e à educação, carrega essas desigualdades nos números alarmantes de violência e analfabetismo que se apresentam no contexto maranhense.

A relação contraditória entre capital e trabalho faz surgir a questão social, e com ela suas múltiplas expressões, entre elas a questão racial, que possui vínculo direto com o processo de industrialização do país. No Brasil, o processo de industrialização se inicia a partir de 1930, e no Maranhão a partir de 1980. Segundo Barbosa (2006) no final do século XIX, tendo como aspectos históricos a abolição da escravatura, o parcelamento da grande propriedade rural, bem como a crise do modelo agroexportador, assiste-se os primeiros processos de industrialização maranhense. Segundo a autora, a formação econômica do estado pode ser dividida em quatro fases:

[...] a) conquista e povoamento inicial, quando o Maranhão se encontra ainda indiretamente articulado ao processo global de acumulação primitiva engendrado pela necessidade de acumulação do capitalismo nascente na Europa; b) inserção na divisão internacional do trabalho, correspondente ao momento em que a economia se sustentou na exportação para Europa de três grandes produtos: algodão, arroz e

couro, impulsionada pela intervenção direta da metrópole através das políticas pombalinas, com destaque para a criação Companhia de Comércio do Grão Pará - Maranhão (1775); c) fase de involução econômica, se analisada do ponto de vista da lógica capitalista expropriadora que regia as atividades primário-exportadoras do Brasil colônia. Os recém-libertos, dada a abundância de terras, preferem fugir das fazendas e se estabelecer em atividades produtivas autônomas; d) a fase de inserção na divisão nacional do trabalho, iniciada na década de 40 e evoluindo até as transformações do campo maranhense (ARCHANGELIS, 1987, apud BARBOSA, 2006) (grifos nossos).

A partir desses apontamentos levantamos a discussão sobre uma outra questão: a de que na realidade o processo de uso das terras pelos recém-libertos não se deu livre de contradições. Um panorama histórico de desenvolvimento do estado nos remonta às leis de cerceamento de terra, a título de ilustração temos a Lei Estadual de Terras de 1969, criada pelo então governador do Estado, José Sarney, que contribuiu para um agravamento da questão fundiária maranhense, uma vez que seu objetivo precípua era de contribuir explicitamente para a venda de terras públicas, transferindo-as para o domínio privado. O processo de exploração foi intenso (cabendo destacar os conflitos no campo, as questões de violência e até mesmo assassinatos de lavradores e lideranças camponesas), tendo como ação mais emblemática nesse contexto o processo de grilagem, que desconsiderava a bel prazer a existência de habitantes nessas terras.

Ao se elucidar essas questões objetiva-se aqui evidenciar as questões políticas e econômicas permeadas pelo primado neoliberal e que corrobora para a precariedade de questões eminentemente humanas, seja de sobrevivência ou seja de questões culturais, âmbito esse que a periferia capitalista, constituída majoritariamente por pretos e pobres, é a principal atingida. Sendo relegada historicamente, dentro da ótica capitalista, a ocupar o exército industrial de reserva. O Maranhão nesse processo recebe o título de “periferia da periferia do capitalismo” e que através da implantação das políticas neoliberais passa a ser palco de intensas contradições, entre elas a questão racial, tendo em vista que o projeto neoliberal não primava em nenhum momento por nenhum desenvolvimento social ou humano.

Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não resultou na integração efetiva do negro na sociedade, e as opressões de classe e étnico-raciais contribuem para a manutenção da ordem capitalista. O fator raça/cor é determinante, na lógica capitalista, para a exclusão ou inclusão dos indivíduos e, neste caso, a exclusão da população negra se faz notória quando os indicadores sociais demonstram que tal população permanece em uma profunda e acentuada desigualdade. Segundo Silva e Hasenbalg (1992) o vínculo entre raça e classe se dá quando a primeira funciona como mecanismo de seleção social, determinando o lugar onde cada sujeito deve ocupar. Nesse sentido, tanto as ações quanto a maneira de viver dos indivíduos são de alguma forma

determinados pelas relações estabelecidas com os meios de produção capitalista e com as relações de poder presentes na sociedade, ou seja, as relações sociais que regem a sociedade brasileira são pautadas nas relações de produção e pela estrutura classista e racista.

3 O BAIRRO DA LIBERDADE COMO EXEMPLO DE VALORIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

É nesse contexto que se compreende a constituição do bairro da Liberdade. Registra-se um intenso processo de êxodo das comunidades rurais para os centros urbanos da capital, isso se deu principalmente pela busca de oportunidades de emprego nas fábricas, que se instalavam na capital São Luís, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma estes trabalhadores iam ocupando áreas próximas dos locais de trabalho e com isso traziam suas famílias do interior do Estado. Com o passar do tempo, estes espaços foram se transformando em bairros periféricos. Como é o caso da criação do bairro da Liberdade (ASSUNÇÃO, 2017).

O bairro denominado inicialmente como Campina do Matadouro, que mais tarde passou a ser chamado de Liberdade, se formou a partir da construção do Matadouro Modelo, em 1918. Ele abrangia um grande número de atividades em seu interior relacionadas à produção e distribuição de carne. Vale destacar que os animais para abate tinham origem no interior do Estado, em especial da Baixada Maranhense, o comércio era intercambiado através dos portos com o embarque e desembarque de matérias primas. Aos arredores do Matadouro foram se constituindo famílias, que aos poucos formaram a população do local, caracterizadas principalmente pela construção de palafitas, tendo em vista que as características territoriais do espaço eram de mangue. Essas famílias migravam majoritariamente de comunidades remanescentes quilombolas, como a de Alcântara. Dessa forma, traziam consigo costumes e manifestações culturais, reproduzindo, então, as crenças de seus antepassados. Como se pode citar, o grande número de manifestações de matriz africana, por exemplo o Tambor de Crioula, Tambor de Mina e os terreiros. Essas expressões buscavam evidenciar e resgatar a identidade negra dos moradores desse local, na tentativa de manter vivas suas tradições (ASSUNÇÃO, 2017, p. 27).

Em uma visita ao bairro realizada em dezembro de 2018, foi entrevistado Michael Lopes, morador da Liberdade e responsável pela Instituição Centro de Integração Sociocultural Aprendiz do Futuro (CISAF), através disso pode-se traçar um panorama histórico e social do território que compreende o bairro da Liberdade. Ele relata os desafios enfrentados pela comunidade décadas depois de sua formação. Como o preconceito

advindo da formação do bairro e os estigmas que o acompanham por ser formado majoritariamente por pessoas negras e por suas manifestações culturais. Um dos desafios destacados pelo entrevistado são os crescentes conflitos relacionados ao tráfico de drogas no território, o que tem íntima relação com os altos índices de violência, assim como a crescente participação da juventude, que se encontra vulnerável diante da omissão do Estado e da falta de políticas públicas de amparo.

Nesse sentido, enfatiza-se o papel das organizações existentes na comunidade, como o CISAF, que com o apoio de patrocinadores e outras organizações realiza projetos no âmbito educacional, de incentivo ao esporte, lazer e engajamento da juventude na valorização de sua própria identidade. A título de exemplo, durante a entrevista Michael Lopes cita o Festival de Belezas Negras da Liberdade Quilombola, que ocorreu no ano de 2018, durante o mês de novembro em torno da comemoração do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Segundo o entrevistado, esse festival em especial trata da busca da visibilidade e formação política dos próprios jovens negros, fortalecendo os vínculos com suas raízes e estruturando bases sólidas de valorização de sua estética negra. Nesse aspecto, organizações como o CISAF têm grande contribuição na diminuição dos índices de violência e da vulnerabilidade juvenil no que tange às drogas.

Há outros movimentos engajados nessa causa, como o Movimento Quilombo Urbano que completou 28 anos no ano passado. De acordo com Assunção (2017, p. 115 apud Santos, 2007, p. 81) o Movimento surgiu em 1989 e recebeu nome em 1992, ele “se define como uma organização suprapartidária, plurirreligiosa, afro-brasileira, socialista e revolucionária que utiliza o Hip-hop através de seus elementos (Rap, break, grafite, etc.) como instrumento de mobilização do povo preto e propagação de seus ideais revolucionários.” Ainda sob o ponto de vista de Assunção (2017, p. 115)

o movimento quilombo urbano se posiciona como novos sujeitos políticos, sobretudo sua luta é por redistribuição de direitos sociais, (...), contra os estigmas de pobreza e violência, além de injustiças do ponto de vista cultural atribuídos a eles durante décadas.

Os estigmas construídos sobre o bairro da Liberdade e arredores, são atribuídos, segundo Assunção, através do discurso midiático que apresenta muitas vezes um perfil conflituoso do bairro, o caracterizando como perigoso. Os movimentos estão então agindo de forma a desconstruir essas ideias preconcebidas, pautando-se em especial na formação de uma consciência política dos seus jovens, na busca por igualdade e identidade.

Uma instituição que também contribui bastante na desconstrução desses paradigmas no bairro da Liberdade é a escola. A exemplo disso, tem-se o Centro Educacional Estado de Pará, que desenvolve atividades e projetos que utilizam a educação

como ferramenta para reconhecimento e valorização das suas próprias identidades. Um exemplo é o projeto chamado *Escola, Comunidade e Espaços de Construção da Identidade Étnico-Racial*, nele, os alunos desenvolvem feira de ciências, maquetes, sessão de fotos, murais abordando diversos temas relacionados à questão negra. Também, durante o mês de novembro, que tem grande significado na luta negra, com o dia 20 (Dia da Consciência Negra), discutindo pautas como o racismo, preconceito, estereótipos e discriminação racial.

Assim percebe-se a importância dessas instituições diante do movimento de conscientização e valorização da identidade negra, no bairro da Liberdade, essas formas de resistência têm grande relevância na formação do que Gramsci denomina de contra-hegemonia, como uma ação da classe, aquela que sai do seio dos movimentos sociais e que é criada para o movimento. Dessa forma, é criada uma contracultura, legitimada pela comunidade, tanto por meio da educação como pelas manifestações culturais, que evidenciam a resistência negra e a defesa de direitos secularmente segregados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, buscou-se evidenciar como se apresenta a questão racial no Maranhão, delimitando-se ao bairro da Liberdade e suas particularidades enquanto um território que se autodenomina um quilombo urbano, titulação que foi concedida no ano de 2018 após muitas lutas. Dessa forma, através do contato empírico com o objeto estudado foi possível entender os desafios que se apresentam à população dessa comunidade. Entende-se assim que a omissão do Estado no cumprimento dos direitos sociais desses moradores é um dos principais fatores que intensificam a precariedade dos serviços públicos que os atendem. Conclui-se que a persistência desses problemas sociais está atrelada aos fatores históricos de segregação da população negra neste país.

Ao longo do tempo, as lutas históricas tiveram grande significado no que tange às conquistas do povo negro, como, por exemplo, a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. No entanto, compreende-se que ainda há hodiernamente um embate constante sobre essas questões. Essas discussões são bastante relevantes também no meio acadêmico, assim como a importância da organização dos movimentos sociais e organizações que lutam pela igualdade racial e pela garantia de direitos historicamente negados.

Nesse sentido, os movimentos de resistência se constituem como uma das principais formas de luta e manifestação com o intuito de promover uma transformação societária que compreenda um avanço em questões tão arcaicas como o racismo, seja na conscientização da sociedade no geral, seja nas esferas da pauta pública, tendo em vista a

insuficiência e também os regressos em que as leis brasileiras estão gestadas. Os resultados das teorias racistas de outrora estão presentes até hoje, e em vez de se ultrapassar ou romper com essas ideologias, que significaram em toda história o extermínio em massa de povos e culturas, contribuem cotidianamente para o desenvolvimento da desigualdade: o encarceramento, genocídio da população negra e o feminicídio da mulher negra. Essas e outras são pautas que têm raízes, como já discutido, no período colonial, reforçado pelo capitalismo, constituindo assim o racismo como elemento estruturante das relações sociais no Brasil.

Na história brasileira, para que o negro se tornasse sujeito de direito foi necessário que se organizasse através da luta, no entanto, como se vê, essa luta perdura até os dias atuais, atingindo crianças, jovens e adultos, ceifando-os de seus direitos fundamentais. Tem-se o bairro da Liberdade como exemplo de resistência, contudo exemplos como esse precisam se tornar regra ao invés de exceção.

A análise da sociedade brasileira, como afirma Santos (2019)⁷ não deve desconsiderar de forma alguma todo o sofrimento pelo qual a população negra foi obrigada a se submeter. Segundo o autor, não é possível compreender e transformar o país sem que se entenda as relações raciais; se não lutarmos por essa compreensão não avançaremos. Daí evidencia-se também a importância dos movimentos sociais no processo de reconhecimento do negro enquanto um grupo social que foi retirado o direito a dignidade desde sempre na história deste país. Diante disso, vê-se a essencialidade do protagonismo do movimento negro feminino e de jovens no combate cotidiano a todas as formas de segregação da população negra. Nesse sentido, parafraseando Marx e Engels (1848), convocamos, “negros do mundo inteiro uni-vos”.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ana Valéria Lucena Lima. **“QUILOMBO URBANO”, LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS: Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão.** Disponível em: <<http://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2018/11/quilombo-urbano%e2%80%9d-liberdade-camboa-e-f%c3%89-em-deus-identidade-festas-mobiliza%c3%87%c3%83o-pol%c3%8dtica-e-visibilidade-na-cidade-de-s%c3%83o-lu%c3%8ds-ma.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

⁷ Fala do professor Rosenverck Estrela Santos durante o seminário intitulado: “I Seminário Estadual de Serviço Social: desafios à emancipação humana” realizado pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, em junho de 2019.

BARBOSA, Zulene Muniz. **O Maranhão no contexto de reestruturação capitalista: cenário de lutas sociais**. In: Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: Editora UEMA, 2006.

DURANS, Cláudia Alves. **Questão Social e Relações Étnico-Raciais no Brasil**. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 391-399, julho de 2014.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no capitalismo**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi. 336 p. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Joel Rufino. **O que é Racismo**. São Paulo. Brasiliense, 1984.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **A pobreza e as desigualdades étnico-raciais no Brasil: a questão racial como elemento de expressão da questão social no pós-abolição**. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1788321707.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressão da questão social no Brasil**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.